



FEMINISMO E HOMENS: REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, PESQUISA E MILITÂNCIA

Karla Galvão Adrião¹
Marion Teodósio de Quadros²

As desigualdades de gênero se constituem como o “centro” do qual se orientam as idéias feministas. Estas, por sua vez, tratam de um sujeito mulher corpóreo e, portanto, amparado na noção de sexo genital como demarcador de diferenças (Butler, 2003; Strathern, 1988). Ao afirmar as desigualdades que as mulheres enfrentam, termina-se por salientar as diferenças de sexo, ponto central de embate político (Mouffe, 1999). Este é um paradoxo (Scott, 2002) relacionado aos feminismos e que interessa discutir, a partir da relação que o movimento vem estabelecendo com os Homens no Brasil.

Este trabalho reflete acerca da relação entre sujeitos do feminismo e demandas de novos sujeitos, em particular os homens, a partir de reflexão da participação na academia/ativismo e na vida doméstica. Concordando que há uma pluralidade de sujeitos do feminismo, com posições específicas, buscamos, neste trabalho, a partir de nosso posicionamento (Haraway, 1995) e experiência (Scott, 1999) enquanto feministas que trabalharam com e/ou pesquisaram sobre homens, discutir/questionar sobre os seguintes pontos: 1) compreender como os homens surgiram como “aliados” do feminismo no Brasil, após a segunda metade do século XX, evidenciando em que termos a participação dos homens foi pensada; 2) refletir sobre a participação dos homens no espaço doméstico e nos cuidados com a prole, a partir de pesquisas sobre homens realizadas em consonância com o ideário feminista; e 3) refletir as dificuldades e os avanços que a participação dos homens nestas diversas instâncias têm significado para o feminismo, lançando mão algumas tensões que vieram à tona com os estudos sobre homens e masculinidades. Não pretendemos, com isso, esgotar a questão, mas esboçar algumas interpretações que temos compartilhado a partir de experiências anteriores relacionadas a homens e masculinidades, como pesquisadoras e ativistas feministas³.

¹ Doutora em Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Professora Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (galvoadriao@gmail.com).

² Doutora em Sociologia – Universidade federal de Pernambuco, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (marionteodosio@yahoo.com).

³ Algumas questões igualmente importantes e que não foram propósito de aprofundamento nesse texto são: a) a questão da ampliação institucional dos espaços onde as feministas procuram influenciar/desenhar/coordenar políticas que promovam equidade/igualdade de gênero; b) uma tensão na construção dos espaços feministas sobre a participação dos



A Participação dos homens como aliados do feminismo no Brasil

O projeto societário feminista teve, intrinsecamente, que conviver, como apontado por Joan Scott (2002), com um paradoxo interno, o de lidar com a diferença de sexo como estratégia política. Ao longo dos anos, a forma de reivindicação por direitos à cidadania das mulheres acompanhou a mudança de estratégias, oscilando entre questões de igualdade ou de diferença. Entretanto, estas continuaram orientadas em torno de uma diferença que justificava a própria argumentação da desigualdade, qual seja a de que os homens seriam cidadãos plenos e as mulheres não, apoiando as argumentações de sustentação de falta de acesso das mulheres a direitos civis, em épocas distintas e em diferentes países.

Dentre as questões que orientaram as reivindicações feministas na América-Latina está a busca por manutenção do Estado democrático. O feminismo brasileiro dos anos 1970 e 1980 constituiu uma experiência política das mais interessantes, porque as feministas brasileiras traçaram políticas de aliança com outras forças oposicionistas pelas liberdades democráticas – principalmente com partidos de esquerda orientados pela ideologia marxista – sem abrirem mão da sua luta específica (Sarti, 1988; Moraes, 1985). Este cenário caracterizou-se pelos embates e encontros com homens como aliados nas lutas por uma sociedade mais justa. Entretanto, também indicou as tensões demarcadas como específicas – as lutas das mulheres – em detrimento das gerais – as lutas de classe. Em grande parte, isto se deu porque o marxismo era uma teoria que auxiliava com explicações científicas sobre as origens históricas da discriminação da mulher, apesar de, em outras instâncias, manter as questões de gênero em segundo plano.

Ainda hoje existe resistência diante da postulação de que a luta contra a opressão das mulheres não pode ser subsumida à luta de classes e a uma “frágil compreensão” por parte de algumas alas da esquerda que não levam em consideração o gênero como aporte analítico e a necessidade de organização própria e independente das mulheres. A legitimidade e o reconhecimento da necessidade de auto-organização das mulheres foi e permanece um debate dentro dos partidos de esquerda (Godinho, 1998).

Muitas mulheres foram para o exílio e nestes espaços vivenciam desigualdades cotidianas na vivência com seus companheiros de lutas. Nas divisões de atividades, as mulheres terminavam por ficar com aquelas mais domésticas e do âmbito privado, em detrimento inclusive de ocupação de espaços de liderança, que eram ocupados pelos homens. Em grande parte, a experiência de vida no

homens em cargos de representação feminista; e c) as relações teóricas e suas conformações políticas no debate sexo versus gênero e legitimidade de sujeitos do feminismo.



exílio de algumas mulheres, principalmente na França e nos Estados Unidos, bem como o intercâmbio destas mulheres com aquelas que permaneceram no Brasil, vem marcar, alguns anos depois, a criação de grupos de reflexão sobre a “condição feminina” tomando tal experiência como emblemática, pois nestes espaços as mulheres, vivenciavam suas desigualdades, entre elas, e dividiam anseios e questionamentos que não seriam absorvidos da mesma forma quando em presença dos homens⁴ (Moraes, 1985; Teles, 1999; Rago, 1995/1996).

Sônia Miguel (1988) afirma que os grupos de reflexão ou auto-consciência constituem a estrutura organizacional básica do movimento feminista, onde a transformação da estrutura social vigente se daria a partir do próprio grupo, via alteração de comportamentos e posturas no cotidiano de cada uma. “Estes grupos realizam o trabalho de autoconsciência, tanto através de estudos quanto de relatos de experiências pessoais, discutidos coletivamente. Os grupos procuram se organizar de forma horizontal, tentando estabelecer uma relação igualitária entre as participantes” (Miguel, 1988, p. 57). A presença dos homens significava um obstáculo para a conscientização, na medida em que eles representavam a “opressão em sua forma estrutural”.

Os campos de lutas – pautas e ações – formavam-se através das reuniões dos grupos de reflexão, alguns dos quais se transformariam mais tarde (na passagem para a década de 1990) em grupos consolidados institucionalmente. Neste cenário, um sujeito do feminismo se constituía, a saber: “um sujeito incansável, consciente que a presença de seu corpo, de sua voz, ou de seu nome assinado em um papel é constituinte da relação com o ‘outro’” (Pinto, 1990, p. 04).

Dessa forma, percebe-se como se organiza o argumento em prol de espaços específicos para as mulheres. Outro ponto que vem consolidar este argumento trata da participação no processo de redemocratização da sociedade, pois mesmo com as mulheres lutando nesses espaços são os homens que ocupam os cargos de poder quando o processo de redemocratização se efetiva. Então se vê que há realmente uma disparidade entre os processos de luta política: a luta pela democratização não parecia implicar em uma maior igualdade entre homens e mulheres mesmo que nos discursos isso aparecesse.

Após a breve colocação do cenário histórico brasileiro, percebe-se que tais situações, mesmo não resultando de um movimento organizado de homens que apóiam o feminismo, têm se mostrado como um desafio para o feminismo, na medida em que evidenciam diferenças dentro do movimento (especialmente entre jovens, que em sua maioria aprovam a participação de homens no movimento,

⁴ Entretanto, é importante colocar que homens, parceiros ou companheiros de algumas feministas, auxiliavam em uma retaguarda, nas ações das mulheres, quando as mesmas organizavam passeatas, etc. Relatos informam que eles ajudavam na confecção de cartazes, ou ainda cuidando das crianças.



o que não ocorre entre veteranas), ao mesmo tempo em que nos fazem refletir sobre os modos de participação masculina incentivados pelo feminismo a partir do marco dos direitos reprodutivos e os modos de participação almeçados por alguns homens no feminismo.

Participação no espaço doméstico

A participação masculina na vida reprodutiva passa a ser reivindicada/estimulada diante da idéia de ausência do homem na esfera familiar. Esta ausência é entendida como forma de poder, minando a liberdade e autonomia femininas, pois as mulheres são sobrecarregadas com os cuidados e as responsabilidades da vida reprodutiva, significando uma modalidade de controle do corpo feminino. A ingerência masculina no campo da reprodução se dava pela sua ausência ou falta de envolvimento no trabalho doméstico, no planejamento familiar e na contracepção.

Essas indagações foram fruto da luta de movimentos feministas dos anos 1960 e 1970, no Brasil, pelos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. O lema “nosso corpo nos pertence”, desenvolvido nos anos 70, estava fortemente vinculado à bandeira da liberdade sexual na qual a contracepção era um instrumento fundamental para a ocupação feminina do espaço público, considerada uma estratégia que levaria à promoção da igualdade de gênero (Vieira, 2003; Corrêa e Ávila, 2003).

Na década de 1980, a necessidade de compreender as posições e comportamentos dos homens no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, chamou a atenção da área da saúde a partir da discussão e ação sobre as formas de prevenção da Síndrome de ImunoDeficiência Adquirida (Aids). O uso da camisinha torna mais clara a desigualdade de poder entre homens e mulheres, especialmente dentro do casamento. Neste mesmo período, algumas reflexões feministas (Oliveira, 1983; Moraes, 1983; Cardoso, 1983) começaram a afirmar a necessidade da participação dos homens na vida doméstica para a continuidade das conquistas feministas, como forma de promoção da igualdade/equidade entre homens e mulheres.

Nos anos de 1990, a importância da participação masculina na vida reprodutiva do casal vai sendo valorizada pelos formuladores de políticas públicas voltadas para a reprodução, ligada à promoção de direitos sexuais e reprodutivos, consolidada a partir do Cairo (1994) e nos remete nos remete à questão da PARTICIPAÇÃO (ou envolvimento) e da RESPONSABILIDADE.

Cuidado e responsabilidade paternas com os/as filhos/as estão intimamente ligados à participação nas atividades domésticas, mas essa participação delineia a existência de vários problemas na divisão de poderes para a maternidade e a paternidade, como observa Marion Quadros



(1996) a partir de pesquisa realizada com homens de camadas médias recifenses. Se o cuidado e a responsabilidade com a prole apareciam como um problema para pais mais participativos, pois não havia uma identificação cultural entre paternidade e cuidado com os/as filhos/as – os pais mais participativos se consideravam MÃES ou QUASE MÃES, ou PAI E MÃE, este parece ser um campo menos problemático que o cuidado e a responsabilidade cotidiana com a casa. Havia maior dificuldade de se negociar a divisão das atividades domésticas tanto pelo pai quanto pela mãe. O homem, mesmo aquele mais participativo, também reforçava essa situação desfavorável na medida que utilizava de seu maior poder de escolha para discriminar que atividades prefere fazer.

Isso tudo permite concluir que a participação do pai está atrelada a mecanismos de ‘dominância masculina’ que, mesmo sendo reconhecidos e problematizados pelos pais mais participativos, são difíceis de se transpor individualmente e na relação conjugal. A consciência dos problemas que levam à sobrecarga feminina, a maior proximidade conjugal e entre pai e filho(s), a postura de ‘estar resolvendo’ cotidianamente a paternidade, o casamento e a casa, não são suficientes para que não haja essa sobrecarga e, também, não se reproduzam preferências paternas e maternas embasadas na tradicional divisão do trabalho. A falta de referência masculina, no que diz respeito ao envolvimento com os/as filhos/as, a menor valorização dos cuidados com a casa e invisibilização do papel de co-provedora da esposa não parecem sinais de igualdade conjugal.

Acrescentando questões relacionadas à contracepção, a partir de pesquisa realizada com homens de grupos populares (Quadros, 2004), encontra-se diversas formas de participação e não uma ausência generalizada. Mas, mesmo quando há maior protagonismo masculino na prática contraceptiva, os entrevistados podem estar presentes de forma desigual, mantendo privilégios como o de ser polígamo e cobrar da parceira a monogamia, de poder sair para se divertir sem a companhia da parceira, mas cobrar dela reclusão e dedicação aos cuidados com a família. Participação e autocontrole na contracepção reforçam liberdades masculinas e podem significar ou não uma promoção de relações mais equânimes entre os parceiros sexuais. Maior autonomia do homem quanto à contracepção, quando ligada à participação, não parece refletir-se em mudanças de opiniões e atitudes com relação às mulheres, se não houver um questionamento das relações de gênero por parte dos homens e uma vontade para transpor desigualdades. Neste caso, fica ainda mais claro que promover participação e responsabilidade não são suficientes para envolver a população masculina no protagonismo compartilhado da contracepção, nem parecem auxiliar uma mudança no padrão heteronormativo das relações de gênero.



Assim, a PARTICIPAÇÃO dos homens possui cenários diferentes, quando estamos analisando a paternidade ou o âmbito da concepção e a contracepção. Participação dos homens não significa maior autonomia para homens e mulheres. A questão da participação dos homens ressalta ainda as dificuldades institucionais e das relações sociais em dar espaço para os homens que querem se envolver.

Por outro lado, há aí um outro problema, de ordem quantitativa, mas que revela a questão dos valores: quantos são os homens que querem participar do exercício da paternidade sob novos parâmetros, que incluem igualdade de direitos e atividades em relação à mãe de seus filhos? As pesquisas ainda indicam tratar-se de uma minoria. Outra minoria é aquela que participa da contracepção a partir da consideração da igualdade de direitos com a parceira. Assim, não parece haver uma relação direta e consequente entre participação masculina e promoção da igualdade de gênero.

O Feminismo apostou numa relação positiva e direta entre contracepção e apropriação do espaço público pelas mulheres, tendo como um componente a relação positiva e direta entre a participação masculina na vida reprodutiva e a promoção da igualdade de gênero. Nos dois casos, as relações se mostram contraditórias e ambíguas. Então, quais são os homens que se incomodam com sua posição de gênero? Marion Quadros (2006) observa que em sua experiência de pesquisa com homens de camadas médias e grupos populares com os quais vem tendo contato desde 1993, que o incômodo, para muitos, não está relacionado a uma preocupação com a equidade de gênero, mas se referem sobretudo a posição de classe.

De fato, podemos encontrar a proposição de novos padrões de identidade em nossa sociedade, alguns homens que preferem se libertar da opressão que o poder masculino lhes impõe. Mas, essa busca pode significar “apenas a flexibilização dos papéis como uma forma de diminuir as “exigências da masculinidade”, sem que com isso seja alterada a dinâmica de poder (Costa, 2002, p. 215)”.

Assim, esse incômodo parece mais localizado em grupos de homens específicos que fazem parte de minorias ou se identificam como alternativos. Ao estar lidando com homens específicos, incluindo-os não apenas nos estudos, mas também nas agendas de luta, não requer um tratamento específico da questão? Nesse caso, estar lidando com homens específicos e que se identificam com o ideário feminista, pode contribuir para a busca da equidade?



Categoria gênero, feminismo e participação dos homens – algumas reflexões finais

Ao refletir sobre a participação dos homens como aliados do feminismo na militância e na vida doméstica, estamos trazendo para o debate as dificuldades e os avanços que tais práticas ensejaram ao longo destes anos. O espaço dos homens como aliados parece aquele em que ocupar o centro da cena da militância estava fora de questão. O maior espaço na vida doméstica enseja uma série de questões que não encaminham para a promoção da igualdade de gênero. Tanto num caso quanto no outro, o espaço ocupado pelos homens, como prática ou estratégia, parece ter formado uma unanimidade no feminismo brasileiro. No cenário atual, alguns homens não querem ser aliados do feminismo, querem ser chamados de feministas. Mas a incorporação dos homens em espaços de discussão e efetivação de práticas e ações direcionadas ao empoderamento das mulheres colocam novas questões no âmbito da academia (estudos de gênero e masculinidades) e do ativismo (espaços políticos, especialmente os encontros feministas acadêmicos ou não).

Considerada um avanço em relação ao conceito de patriarcado, a categoria gênero, por exemplo, exatamente pelo seu caráter relacional, situacional e pela proposição de trabalhar com identidades em fluxo, possibilitou um caminho teórico para a inclusão dos homens em um terreno no qual as mulheres eram o centro dos estudos - o campo do casamento, da família e da reprodução - e o desenvolvimento de estudos de masculinidades guiados por ideais de equidade, a partir da reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos.

Entretanto, o que convencionou-se chamar como estudos sobre homens e masculinidades também é bastante variado quanto às suas orientações teórico-metodológicas e recortes de pesquisa. Muitos deles estariam fazendo associações lineares entre homem –masculino e mulher-feminino, associação que foi contundentemente criticada nos estudos de mulheres, não levando em conta a perspectiva relacional, pressuposto do desenvolvimento da categoria gênero (Costa, 2002). Um outro problema estaria relacionado a uma pretensa autonomização que alguns estudiosos parecem evidenciar, dos estudos de gênero, o que tensiona mais ainda a relação com o Feminismo.

Outra questão está relacionada ao problema do poder. Como enfrentar a questão da dominação masculina sem propor uma intervenção relacionada às mulheres ou, ao menos, sem refletir sobre as consequências que tais ações podem ter para as mulheres, como fazem muitos estudos que buscam traços de identidade ou, ainda, parafraseando uma teórica feminista (Fox Genouvese), traços de sororidade masculina, sem uma abordagem clara da distinção entre sexo biológico e gênero enquanto uma categoria construída. Essa distinção é dada como pressuposto e as análises desenvolvidas passam da biologia para os aspectos sócio-culturais ou vice-versa, numa



relação de causa e efeito ou de correspondência, sem explicitar como essas relações funcionam (Costa, 2002). Outros marcadores sociais que parecem fazer mais sentido como indicadores de relações de poder para os próprios homens, como as indagações sobre como o sexo é construído ou as distinções de classe, raça, idade que analiticamente nos forneceriam a contextualização da situação estudada, não são problematizados.

Uma associação entre os incômodos com a dominação masculina e sentimentos de dor, isolamento ou alienação, ou ainda aquelas que propõem algum tipo de união entre homens que possuem experiências individuais de falta de poder (men's studies) apontam para uma ênfase na fragilidade que o poder masculino causa aos próprios homens (Costa, 2002). Mais uma vez, vemos aqui uma mobilização de uma minoria de homens que propõem analisar a dominação a partir de situações de fragilidade que nem sempre incorporam reflexões sobre como estas situações podem ou não influenciar a vida das mulheres. Esse parece ser um pensamento que está por trás da relação entre vulnerabilidade e poder masculinos. Mostrar como os homens são até mais vulneráveis que as mulheres em uma série de indicadores de morbidade e mortalidade é mais importante do que refletir sobre as consequências da dominação para as mulheres. Isso evidencia que é o próprio exercício do poder masculino que torna os homens mais vulneráveis a certas situações e não parece ser condição suficiente para que os homens questionem o poder que possuem.

Portanto, uma discussão breve sobre essas diferenças evidencia que os estudos de masculinidades não desfrutam de um lugar unânime dentro das prioridades de todos os movimentos feministas, nem de todas as feministas acadêmicas. Essa é uma questão nova e desafiadora para nós feministas. Vemos pelo menos duas questões relacionadas: 1) Até que ponto essa minoria pode influenciar mudanças na perspectiva masculina de poder? e 2) Se a estratégia de ação desses homens específicos está ligada à conquista de direitos específicos para os homens, em que medida o respeito às especificidades dos homens pode contribuir para a equidade de gênero, ou, por outro lado, aumentar ou manter as desigualdades existentes?

Ao lidar com o ativismo, a relação entre homens e feminismo agrega novos matizes. As situações vividas e a procura incessante de soluções para desigualdades, reforça a ambigüidade das questões. Nos encontros feministas e de gênero (particularmente os Fazendo Gênero 5, em 2002, 6 em 2004 e 7, em 2006, além do Internacional sobre feminismo e gênero que agregou encontros das redes REDOR e REDEFEM, em 2005) constatou-se tensões em torno de “aparentes” dicotomias entre Teoria e práxis, a partir dos significantes “gênero” e “feminismo”, marcando posições distintas entre “generólogas” e “feministas”, como termos opostos, estando as primeiras numa



posição que não agregava as “lutas feministas”, e considerando que o termo “gênero” despolitizava o debate feminista. Para além das questões teórico-políticas, o que veio a chamar a atenção como elemento instigador dessa escrita neste momento, foi a reflexão sobre o lugar de sujeitos do feminismo, pensando que ao se tratar de “gênero”, abre-se também a possibilidade para um deslocamento do significante mulher, como centro das questões.

Tais situações, mesmo não resultando de um movimento organizado de homens que apóiam o feminismo, têm se mostrado como um desafio para o feminismo, na medida em que evidenciam diferenças dentro do movimento (especialmente entre jovens e veteranas⁵), ao mesmo tempo em que nos faz refletir sobre os modos de participação masculina incentivados pelo feminismo a partir do marco dos direitos reprodutivos e os modos de participação almejados por alguns homens no feminismo.

Nessas situações, mais que em qualquer outra, não é possível apenas desconstruir velhas ou novas noções, é preciso criar novas. Nesse sentido, homens e mulheres identificados com o feminismo poderiam seguir uma prática de estabelecer coalizões (Mouffe, 1999; Butler, 2003), dependendo dos propósitos e relações estabelecidas em torno de lutas políticas específicas. Isso não quer dizer, porém, que os espaços e organizações de poder, construídos pela luta e pela vida de mulheres feministas, devam ser repartidos. Ter homens específicos como aliados significa estabelecer parcerias, mas esses homens devem encontrar caminhos próprios e autônomos, devem criar mecanismos e institucionalizações que possibilitem projeção e reconhecimento, respeitando os espaços de poder construídos pelas mulheres.

Bibliografia

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo* - Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. Tese de Doutorado. Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas – DICH. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008, 301 p.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, série Sujeito e História, 2003.

CADORSO, Ruth. A adesão dos homens ao feminismo. In: *Anais da VII Reunião anual da ANPOCS*. 1983.

⁵ Para Maiores detalhes ver anais do 10º Encontro feminista Latino-Americano e do Caribe (2005), sobre a participação das jovens e suas reivindicações dentro do movimento.



CORRÊA, Sonia e ÀVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*, 2003.

COSTA, Rosely. Mediando Oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA et Alli (orgs). *Gênero em matizes*. Estudos CDAPH. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GODINHO, Tatau. O PT e o Feminismo. In: Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs) *Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, ps. 15-32.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 1995.

MALUF, Sônia. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: GT sujeitos do feminismo. *Fazendo Gênero 7*. Florianópolis, SC. UFSC. 2006, 18p.

MIGUEL, Sônia *Feminismo, um olhar para dentro*. Dissertação de mestrado em Ciências sociais, UFSC, 1988.

MORAES, Maria Lígia de Quartim. *Mulheres em movimento*. São Paulo, Nobel/conselho Estadual da condição feminina, 1985.

MORAES, Maria Lígia Quartim de. Família e feminismo: o encontro homem/mulher como perspectiva. IN: *Anais da VII Reunião Anual da ANPOCS*, 1983.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: *Debate feminista – cidadania e feminismo*. Gráfica da Cia Melhoramentos: México/São Paulo, 1999, ps. 29-47.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. As pedras no bolso do feminismo, *Novos Estudos Cebrap*, n. 3, v. 2, nov. 1983.

PINTO, Céli. Regina Jardim A trajetória da visibilidade. Mulher, feminismo e estado no Brasil. In: *Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS*. Minas Gerais. MIMEO, 1990, 21p.

QUADROS, M. T. *Construindo uma nova paternidade?* As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.

QUADROS, M. T. *Homens e contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife*. Recife, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

QUADROS, M. T. Homens e Feminismo – questões em torno do poder. Conferência apresentada no *Seminário homens, feminismo e políticas públicas em saúde*, Recife, 2006. MIMEO.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL. Mulher, História e Feminismo*. São Paulo, IFCH/ Unicamp, 1995/1996. nos ¾. , ps. 11-43. SARTI, 1988



SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal*. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed Mulheres. 2002, 309 p.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (orgs) *Falas de gênero*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999, ps. 21-56.

STRATHERN, Marilyn. A place in the feminist debate. In: STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the gift*. Problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press. 1988. ps. 22-40.

TELES, Amelinha. *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1999, 181 p.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. Políticas públicas e contracepção no Brasil. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p.151-196.